



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 9/XIV/1.ª SL

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2019, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação e votação das atas n.º 6 e n.º 7, de 11 de dezembro;**
 - 2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;**
 - 3. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 11/XIV/1.ª (PCP) - «Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)» e o Projeto de Lei n.º 89/XIV/1.ª (BE) - «Combate o falso trabalho temporário e restringe o recurso ao outsourcing e ao trabalho temporário»;**
Deputada autora do parecer: Mara Coelho (PS);
 - 4. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 91/XIV/1.ª (BE) - «Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência, doença rara ou doença oncológica e determina o pagamento a 100% do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica», o Projeto de Lei n.º 95/XIV/1.ª (PCP) - «Reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho com doença crónica, oncológica ou resultante de acidente», o Projeto de Lei n.º 102/XIV/1.ª (PAN) - «Reforça a protecção social e laboral dos pais num quadro de assistência do filho com doença oncológica» e o Projeto de Lei n.º 111/XIV/1.ª (CDS-PP) - «Acresce em 60 dias o período de licença parental inicial, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara e aumenta o montante do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica, procedendo à 15.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Código do Trabalho), à 7.ª alteração ao Decreto-Lei Nº 91/2009, de 9 de Abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade) e à 4.ª alteração Decreto-Lei Nº 89/2009, de 9 de Abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade dos Trabalhadores da Função Pública Integrados no Regime de Proteção Social Convergente)»;**
Deputado autor do parecer: Eduardo Barroco de Melo (PS);
 - 5. Discussão e votação da proposta de regulamento da Comissão para a XIV Legislatura;**
 - 6. Discussão e votação da proposta de plano de atividades da Comissão para a 1.ª Sessão Legislativa;**
 - 7. Outros assuntos.**
-



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 9/XIV/1.ª SL

1. Apreciação e votação das atas n.º 6 e n.º 7, de 11 de dezembro;

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares (GP) do CDS-PP e do PAN.

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

Procedeu-se à distribuição das iniciativas legislativas que baixaram à Comissão na generalidade do seguinte modo:

Proposta de Lei n.º 4/XIV/1.ª (GOV) - «Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020»: Deputado José Moura Soeiro (BE);

Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª (GOV) - «Aprova o Orçamento do Estado para 2020»: Deputada Lina Lopes (PSD);

Proposta de Lei n.º 6/XIV/1.ª (GOV) - «Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2020-2023»: O Senhor Presidente informou os Senhores Deputados que a elaboração de parecer sobre esta proposta de lei era facultativa. O Senhor Presidente indagou então se a CTSS considerava que se deveria elaborar parecer sobre a iniciativa, que caberia ao GP do BE, o que mereceu resposta negativa.

3. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 11/XIV/1.ª (PCP) - «Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)» e o Projeto de Lei n.º 89/XIV/1.ª (BE) - «Combate o falso trabalho temporário e restringe o recurso ao outsourcing e ao trabalho temporário»;

Deputada autora do parecer: Mara Coelho (PS);

A Senhora Deputada Mara Coelho apresentou o parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 11/XIV/1.ª (PCP) e o Projeto de Lei n.º 89/XIV/1.ª (BE), o qual, submetido a



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 9/XIV/1.ª SL

votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do CDS-PP e do PAN.

4. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 91/XIV/1.ª (BE) - «Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência, doença rara ou doença oncológica e determina o pagamento a 100% do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica», o Projeto de Lei n.º 95/XIV/1.ª (PCP) - «Reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho com doença crónica, oncológica ou resultante de acidente», o Projeto de Lei n.º 102/XIV/1.ª (PAN) - «Reforça a protecção social e laboral dos pais num quadro de assistência do filho com doença oncológica» e o Projeto de Lei n.º 111/XIV/1.ª (CDS-PP) - «Acrece em 60 dias o período de licença parental inicial, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara e aumenta o montante do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica, procedendo à 15.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Código do Trabalho), à 7.ª alteração ao Decreto-Lei Nº 91/2009, de 9 de Abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade) e à 4.ª alteração Decreto-Lei Nº 89/2009, de 9 de Abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade dos Trabalhadores da Função Pública Integrados no Regime de Proteção Social Convergente)»;

Deputado autor do parecer: Eduardo Barroco de Melo (PS);

O Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS) apresentou o parecer conjunto sobre os projetos de lei em epígrafe, o qual, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do CDS-PP e do PAN.

5. Discussão e votação da proposta de regulamento da Comissão para a XIV Legislatura;

6. Discussão e votação da proposta de plano de atividades da Comissão para a 1.ª Sessão Legislativa;

Relativamente a estes dois pontos, o Senhor Presidente referiu que a CTSS apenas estará em condições de aprovar o Regulamento e o Plano de Atividades da Comissão no próximo ano. Esclareceu ainda que o Regulamento da Comissão se encontrava em fase final de consensualização e que o Plano de Atividades seria aprovado em conjunto.

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 9/XIV/1.ª SL

A este respeito, o Senhor Presidente mencionou que a CTSS continuaria a organizar os seus trabalhos de acordo com o Regulamento da XIII Legislatura, com as devidas e necessárias adaptações.

7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu nota que na reunião de Mesa e Coordenadores realizada às 10h00 desse mesmo dia ficara acordado que a próxima reunião da CTSS seria agendada para 06/01/2020, às 15h00, uma vez que as Jornadas Parlamentares do GP do PSD teriam lugar no dia 7 de janeiro de 2020 e a data limite para entrega dos pareceres das Comissões Permanentes junto da Comissão de Orçamento e Finanças estava fixada nas 16h00 de 07/01/2019.

Relativamente aos agendamentos em curso, o Senhor Presidente deu nota que em 06/01/2020, às 16h00, teria lugar a audição da Senhora MTSSS, em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças. Informou também que a sessão de avaliação da ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2017-2023), a qual apenas poderá ocorrer após a conclusão do processo orçamental, teria lugar no dia 18/02/2020. O Senhor Presidente referiu ainda que no dia 22/01/2020, às 16h00, teria lugar a audição da Senhora MTSSS e no dia 23/01/2020, às 09h00, teria lugar a audição do Conselho Económico e Social, ambas no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2020, e em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de dezembro de 2019.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 9/XIV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Catarina Marcelino
Clara Marques Mendes
Cristina Sousa
Diana Ferreira
Eduardo Barroco de Melo
Emília Cerqueira
Fernando José
Helga Correia
João Paulo Pedrosa
José Moura Soeiro
Lina Lopes
Luís Soares
Marina Gonçalves
Marta Freitas
Ofélia Ramos
Pedro Rodrigues
Pedro Roque
Rita Borges Madeira
Carla Madureira
Eduardo Teixeira
Firmino Marques
Joana Bento
Mara Coelho
Maria Germana Rocha
Maria Joaquina Matos
Olga Silvestre

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Pinho de Almeida
Tiago Barbosa Ribeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Sousa Real
Isabel Pires